



COMO PENSAR AS COISAS QUE AINDA NÃO EXISTEM: A ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA ESCOLA SOUZA LOBO (PORTO ALEGRE, RS) EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Edison Luiz Saturnino

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
edison.saturnino@ufrgs.br

Carmem Zeli de Vargas Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
carmemz.gil@gmail.com

Sabrina Giordani da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
sabrinagiordanidasilva@gmail.com

Eduarda dos Santos Tojal

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
tojaal44@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa os procedimentos iniciais da constituição e organização do acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo, instituição localizada na cidade de Porto Alegre/RS e que teve a estrutura e parte de sua documentação fortemente atingidas pelas enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul em 2024. Tal contexto motivou uma aproximação da Faculdade de Educação da UFRGS com a escola, através do Projeto de extensão Re-Criar: arquivos, memórias e patrimônios escolares em tempos de emergência climática, que tem por objetivo auxiliar na criação de arquivos escolares nas próprias instituições, com sensibilidade e atenção às emergências climáticas. A investigação está inscrita no campo da história cultural e nos estudos sobre patrimônio escolar, opera com uma documentação que abrange as décadas de 1930 a 1980 e apresenta um conjunto de argumentos mobilizados a favor da constituição de tais acervos. Desnaturalizar a noção de escola que herdamos da Modernidade, tornar-se um lugar de memória, servir como fonte para estudos em História da Educação e em outros campos das ciências humanas, possibilitar práticas pedagógicas e educativas, atuar como marcadores identitários, promover diálogos intergeracionais e funcionar como ferramenta de gestão são algumas das motivações e usos que apontamos para instigar a organização dos arquivos escolares.

Palavras-chave: Arquivos escolares. Cultura escolar. Escola Souza Lobo. Rio Grande do Sul, Brasil

CÓMO PENSAR EN LAS COSAS QUE AÚN NO EXISTEN: ORGANIZACIÓN DE LA COLECCIÓN DE LA ESCUELA SOUZA LOBO (PORTO ALEGRE, RS) EN TIEMPOS DE EMERGENCIA CLIMÁTICA

RESUMEN

Este artículo analiza los procedimientos iniciales para el establecimiento y la organización del acervo de la Escuela Primaria Estatal Souza Lobo, institución ubicada en Porto Alegre, Rio



Grande do Sul, cuya estructura y parte de su documentación se vieron gravemente afectadas por las inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul. Este contexto impulsó a la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul a colaborar con la institución a través del proyecto de divulgación Re-Crear: Archivos Escolares, Memorias y Patrimonio en Tiempos de Emergencia Climática. Este proyecto busca apoyar la creación de archivos escolares dentro de las propias instituciones, con sensibilidad y atención a las emergencias climáticas. La investigación se sitúa en el campo de la historia cultural y de los estudios sobre el patrimonio escolar, opera con documentación que abarca las décadas de 1930 a 1980 y presenta un conjunto de argumentos movilizados a favor de la creación de dichas colecciones. Desnaturalizar la noción de escuela que heredamos de la Modernidad, convertirse en un lugar de memoria, servir como fuente para estudios de Historia de la Educación y otros campos de las ciencias humanas, posibilitar prácticas pedagógicas y educativas, actuar como marcadores de identidad, promover diálogos intergeneracionales y funcionar como herramienta de gestión son algunas de las motivaciones y usos que señalamos para impulsar la organización de los archivos escolares.

Palabras clave: Archivos escolares. Aultura escolar. Escuela Souza Lobo.

HOW TO THINK ABOUT THINGS THAT DO NOT YET EXIST: ORGANIZING THE SOUZA LOBO SCHOOL (PORTO ALEGRE, RS) ARCHIVE IN TIMES OF CLIMATE EMERGENCY

ABSTRACT

The article examines the initial procedures involved in establishing and organizing the archive of the Souza Lobo State Elementary School, located in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, whose structure and some of its documentation were heavily affected by the 2024 floods in Rio Grande do Sul. This context prompted the Federal University of Rio Grande do Sul Faculty of Education to collaborate with the school Souza Lobo through the project Re-Create: Archives, Memories, and School heritage in Times of Climate Emergency. The project aims to support the creation of school archives within the institutions themselves, with sensitivity and attention to climate emergencies. The research is situated within the field of cultural history and studies on school heritage, operates with documentation spanning the decades from the 1930s to the 1980s, and presents a set of arguments mobilized in favor of the creation of such collections. Challenging the modern idea of school that we inherited from Modernity, becoming a place of memories, serving as a source for studies in the History of Education and other fields of the human sciences, enabling pedagogical and educational practices, acting as identity markers, promoting intergenerational dialogue, and serving as a management tool are some of the motivations and uses we highlight to encourage the organization of school archives.

Keywords: Achool archives. Achool culture. Souza Lobo School.

COMMENT PENSER LES CHOSES QUI N'EXISTENT PAS ENCORE: L'ORGANISATION DU FONDS D'ARCHIVES DE L'ÉCOLE SOUZA LOBO (PORTO ALEGRE, RS) À L'ÉPOQUE DE L'URGENCE CLIMATIQUE

RÉSUMÉ



L'article analyse les procédures initiales de la constitution et de l'organisation du fonds d'archives de l'École publique primaire Souza Lobo, établissement situé dans la ville de Porto Alegre (RS), dont la structure et une partie de la documentation ont été fortement touchées par les inondations survenues dans l'État du Rio Grande do Sul en 2024. Ce contexte a motivé un rapprochement entre la Faculté d'éducation de l'UFRGS et l'école, à travers le projet d'extension Re-Criar: archives, mémoires et patrimoines scolaires en temps d'urgence climatique, dont l'objectif est d'aider à la création d'archives scolaires au sein même des établissements, avec sensibilité et attention face aux urgences climatiques. Cette recherche s'inscrit dans le champ de l'histoire culturelle et des études sur le patrimoine scolaire, s'appuie sur une documentation couvrant les décennies allant des années 1930 aux années 1980 et présente un ensemble d'arguments mobilisés en faveur de la création de telles collections. Déconstruire la notion d'école héritée de la Modernité, devenir un lieu de mémoire, servir de source aux études en Histoire de l'éducation et dans d'autres domaines des sciences humaines, rendre possibles des pratiques pédagogiques et éducatives, agir comme marqueurs identitaires, promouvoir les dialogues intergénérationnels et fonctionner comme outil de gestion figurent parmi les motivations et les usages que nous soulignons pour encourager l'organisation des archives scolaires.

Mots-clés: Archives scolaires. Culture scolaire. École Souza Lobo.

INTRODUÇÃO

Em 2014, o tema da 31ª Bienal de São Paulo foi "como falar de coisas que não existem". No âmbito da arte, falar de coisas que não existem é trabalhar com a imaginação, um campo fértil e criativo para o artista. Mas quando falamos de alguma coisa ela já passa a existir. O catálogo da exposição indica que o verbo falar pode ser mudado, para apontar diversas ações que precisam ser desenvolvidas para que as coisas que não existem venham tornar-se presentes: "Falar de" ou "viver com", "usar", "lutar contra" ou "aprender" coisas que não existem. Operar com o acervo de uma escola pública de Porto Alegre, fortemente afetada pelas enchentes de 2024, implica pensar sobre uma materialidade que não existe mais e, ao mesmo tempo, questionar o que fazer diante das ausências de tantos documentos perdidos; é, também, criar novas normativas para tratar a perda informacional; é, ainda, considerar uma determinada documentação como um não-lugar, imaginar e tornar possível a existência de um arquivo com o que as águas da inundação não afetou e, sim, guardar o que sobrou para preservar a memória da instituição.

Ao adentrar no universo da Escola Estadual Souza Lobo, nos deparamos com fotos de uma massa documental atingida pela enchente. Tais imagens mostravam um grande conjunto de documentos molhados, deteriorados, danificados e irrecuperáveis, apagando, assim, a memória escolar. O que restou eram documentos avulsos, desordenados, acondicionados em caixas junto à biblioteca e a outros espaços da escola, o que nos imprimia a sensação de estarmos interagindo com coisas que não eram mais, não só em função do afastamento do



espaço e do tempo em que foram criados, mas também pela subversão dos usos a que foram originalmente submetidos. Concomitante e paradoxalmente, construímos a percepção de que tais artefatos representavam coisas que não eram ainda, tendo em vista o modo em que se encontravam os documentos, dispersos, distribuídos em diferentes espaços da instituição, sobrevivendo, em alguns casos, a condições de conservação adversas. Percebemos, então, que para fazer tais coisas existirem era necessário reuni-las, identificá-las, organizá-las e passar a preservá-las em um arquivo escolar, tomado não como um simples reservatório de documentos, mas como um dispositivo ativo de memória e criação.

Dessa maneira é que nos pusemos a falar sobre o arquivo, a indagar suas possibilidades de existência, a projetar sua organização, a prospectar seus usos. Além disso, em certa medida, passamos a conviver com o acervo da escola, inserindo-o em nossas preocupações teóricas e tornando-o instrumento de nossos estudos, com visitas frequentes à instituição. Mas para além de “falar de” e “viver com”, percebemos a importância de estabelecer determinados usos do arquivo, ciente que estamos de que a tarefa de difundir a sua existência, de incentivar a pesquisa e o ensino a partir dele, de interagir com outros sujeitos interessados na temática tende a contribuir com práticas investigativas e com nossas ações de seleção, classificação e catalogação dos documentos e objetos que compõem o acervo. Tal percepção levou ao encaminhamento de uma estudante do curso de História para realizar o Estágio Supervisionado em Educação Patrimonial na Escola Souza Lobo e planejar uma ação educativa com os documentos escolares, interrogando-os para ensinar história.

“Lutar contra” e “aprender” são outras ações evocadas no catálogo da 31ª Bienal de São Paulo, para que as coisas que ainda não existem passem a existir. No primeiro caso, percebemos que era necessário lutar contra os esquecimentos, os efeitos do presentismo exacerbado, a falta do debate público sobre a preservação do patrimônio escolar e o imobilismo de iniciativas que esbarram na falta de financiamento ou de disposições institucionais. Mas, sobretudo, nossa percepção de que era necessário aprender nos instigou a realizar um cuidadoso levantamento bibliográfico e um conjunto de leituras e debates necessários ao trabalho a ser desenvolvido. Além disso, percebemos a importância de uma perspectiva integradora que leve em conta o auxílio de diferentes campos do conhecimento, como a teoria da história, a história da educação, o ensino de história, a arquivística e a museologia. Na busca de tais aportes, tivemos a oportunidade de interagir com experiências empreendidas em diferentes memoriais, arquivos e museus escolares, bem como estabelecer parcerias para a formação da equipe que atua no arquivo da escola.



Os procedimentos iniciais para organizar um arquivo escolar é o foco deste artigo, tendo como estudo de caso a Escola Estadual de Ensino Fundamental Souza Lobo. O conjunto de discussões e problematizações aqui anunciadas representam o início do percurso para transformar documentos dispersos e espalhados em um arquivo escolar, promovendo a tessitura entre as diferentes histórias de vida dos sujeitos e as condições materiais nas quais se produziram determinados processos educativos. Nosso propósito, ao explicitar tal percurso, é compartilhar o modo como estamos fazendo, na tentativa de contribuir com iniciativas, projetos, intenções e pessoas que, como nós, se deparam com o difícil e instigante compromisso de fazer um arquivo escolar existir.

Na sequência do texto, apresentamos três tópicos que organizam o argumento do artigo e reforçam o sentido de inteligibilidade que buscamos imprimir à escrita. Na primeira parte apresentamos um conjunto de motivações para assinalar a importância do arquivo escolar a partir das quais defendemos a sua organização. Na continuação, apresentamos uma breve contextualização sócio-histórica da Escola Souza Lobo como campo de estudo, destacando características do bairro onde a instituição sempre esteve localizada e do perfil dos seus estudantes. No terceiro tópico justificamos nossa opção de tomar a cultura escolar como um conceito operativo e examinamos parte dos documentos da escola, evidenciando rastros do passado nessas materialidades.

POR QUE ORGANIZAR UM ARQUIVO ESCOLAR?

O tema da memória vem sendo tratado a partir de inúmeras problematizações e ancorado em diferentes posicionamentos teóricos-metodológicos. Se Edgar de Decca (1992) compreendeu a crescente atenção dirigida à memória e ao patrimônio em geral, nas últimas décadas do século XX, como um sintoma da ruptura dos vínculos de continuidade entre passado e presente nas sociedades contemporâneas, Pierre Nora (1993) identificou que a proliferação dos lugares de memória neste mesmo período está relacionada, em alguma medida, a práticas de resistência frente aos efeitos desintegradores do presente. Nestes contextos, a vontade de memória passou a ser associada aos atos de resistir; é imperativo lembrar para enfrentar os assombros do esquecimento, para não perder os vínculos identitários, para combater a ansiedade com a velocidade das mudanças no tempo presente, para não abdicar da condição humana.

Mais recentemente, Rosa Fátima de Souza visitou textos de Andreas Huyssen e Françoise Choay para questionar, baseada nesses autores, se o “desejo compulsivo pela lembrança e pelo passado não esconderia o medo atroz do esquecimento em decorrência da



perda de referenciais significativos da cultura” (Souza, 2013, p. 215). De outra parte, Diana Gonçalves Vidal e André Paulilio recorrem aos regimes de historicidade, tal como proposto por François Hartog, para discutir as mudanças nas relações entre história e memória, as diferentes relações que ambas mantêm com o passado e para argumentar que “a partir do presente, a noção de patrimônio e o dever de memória, em vez de ser percebidos como indícios das diferenças entre o hoje e o ontem, são vistos [...] como elementos de dilatação do tempo presente” (Vidal, Paulilio, 2020, p. 4).

Seja por caminhos interpretativos diversos, ou por diferentes motivações, é possível considerar que num presente acelerado que se constitui cada vez mais sob a ameaça do esquecimento, do transitório, das impermanências, do presentismo e dos imediatismos alimentados pela indústria cultural, torna-se urgente e obsessiva a percepção da necessidade da memória, talvez como forma de aliviar sentimentos de desenraizamento e não-pertencimento, por isso mesmo o imperativo e o dever de lembrar.

No caso da escola Souza Lobo, a vontade de memória foi potencializada pelos efeitos das enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul em 2024, afetando fortemente a cidade de Porto Alegre e o bairro onde a escola está localizada. Um conjunto de documentos que pertenciam ao arquivo corrente e intermediário, bem como documentos de valor histórico para a instituição, foram perdidos ou resultaram bastante danificados, o que fez emergir uma preocupação, por parte de membros da equipe diretiva e do grupo de professores, acerca da história e da preservação da memória da escola.

Foi nesse contexto que ocorreu a aproximação entre a instituição e a universidade, através de um projeto de extensão cujo foco de interesse são as histórias, memórias e patrimônios das instituições escolares, buscando contribuir com a criação e (re)criação de acervos que possibilitem conhecer, em perspectiva histórica, indícios e vestígios das práticas que constituem a cultura escolar bem como das experiências dos diferentes sujeitos que integram o universo da escola, especialmente aquelas atingidas pelas enchentes no município de Porto Alegre e demais cidades da região metropolitana em 2024. Aqui cabe destacar, mesmo que de maneira panorâmica, a importância das atividades de extensão para atender aos compromissos sociais da universidade, tendo em vista que muitas iniciativas de constituição e organização de arquivos escolares se consolidam a partir da sua vinculação a projetos de extensão universitária (Santos; Oliveira, 2024; Kanazawa; Oliveira, 2024; Araújo; Silva, 2024). Isso quer dizer que integrada à pesquisa e ao ensino, a extensão potencializa as relações entre a



universidade e os demais setores sociais em seu entorno, fazendo com que os conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico extrapolem os limites físicos e simbólicos da academia¹.

Entretanto, muito além de dar a conhecer um conjunto de documentos com os quais nos deparamos em delicado estado de conservação e armazenamento, nossa intenção neste artigo, e mais especificamente nesta seção, é apresentar um conjunto de argumentações para defender e incentivar a organização e a ampliação de arquivos e outros espaços de memórias nas instituições de ensino. Isso porque tais processos não se concretizam em ambientes desprovidos de conflitos e, por isso mesmo, resultam marcados por resistências, ajustes e negociações. Por exemplo, a efetivação do arquivo escolar como um espaço de memória, considerado como patrimônio educativo, depende, em grande medida, do propósito institucional para sua constituição e manutenção. Essa disposição vai além da simples guarda de documentos; ela envolve o reconhecimento do valor intrínseco dos acervos e a alocação de recursos humanos, financeiros e materiais para sua organização, preservação e disponibilização. Nesse sentido, é relevante estabelecer uma discussão coletiva acerca da importância de um arquivo organizado e das potencialidades educativas e pedagógicas que possibilita. Caso contrário, permanece a imagem do arquivo como mais uma sala abarrotada de papéis e objetos empoeirados, desorganizados e sem muitas utilidades. No limite, a disposição institucional a que nos referimos, envolve três elementos básicos que são, a produção de um espaço específico, o reconhecimento da importância do empreendimento por parte dos professores e a atuação da gestão para a viabilidade e execução do projeto.

Dito isso, passamos a apresentar os argumentos que frequentemente temos utilizado junto às escolas para assinalar a importância dos arquivos. O primeiro deles é que os acervos contribuem com a desnaturalização da escola que conhecemos. Isso porque a maneira naturalizada que interagimos com o universo escolar, as nossas próprias experiências de escolarização, as vivências educativas de outros sujeitos com os quais nos relacionamos cotidianamente e a importância que a escola assume no mundo atual, tendem a dificultar a problematização acerca da complexidade dos processos históricos que presidem sua emergência e suas transformações ao longo da Modernidade. Nessa perspectiva, os acervos constituem-se em espaços capazes de favorecer a percepção da historicidade da escola, os

¹ A importância política e social da extensão universitária no país está definida na Resolução 7/2018 do Ministério da Educação. “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.



movimentos de ruptura e permanência que nela se concretizam, o entendimento acerca das coisas que mudam para que outras tantas permaneçam iguais, as singularidades e originalidades das práticas relacionadas à cultura escolar, a provisoriedade dos fenômenos educativos e dos contextos em que eles acontecem. Para Rosa Fátima de Souza:

a conservação do patrimônio escolar deve servir, em primeiro lugar às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas principalmente como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente. (Souza, 2013, p.213).

Assim, os olhares sobre o patrimônio educativo permitem compreender melhor a diversidade de espaços e tempos nos quais a escola emerge, se constitui e se transforma, pois a compreensão de que a escola nem sempre foi o que é hoje também contribui para pensar diferentes configurações, novas experiências e diversas motivações para as instituições escolares na contemporaneidade. Isso possibilita entender o fenômeno educacional a partir da lógica historiadora, ou seja, permite pensar historicamente a escola e os dispositivos através dos quais ela emerge e vai se transformando.

Um segundo argumento mobilizado a favor da constituição dos arquivos escolares remete à ideia de que tais espaços são os mais adequados para produção, conservação e divulgação da memória das instituições. A escola, pela singularidade das materialidades, pela inventividade das práticas cotidianas, pela massa documental que elabora, pela originalidade de sua cultura, pela longevidade de sua existência, pelas relações que estabelece com as demais culturas do entorno, é um espaço intrinsecamente ligado à memória. Ela não é apenas o local onde saberes são construídos e partilhados, mas também onde experiências são vivenciadas, relações são concebidas, tradições são inventadas e subjetividades produzidas. Essa dimensão da escola como espaço de memória é crucial para entender a importância dos arquivos escolares. Segundo Ayuso e Pineau:

espaços de memórias são lugares materiais e simbólicos, tangíveis e intangíveis, onde se conserva algo do que aconteceu nas instituições que os caracterizam. Não são simples reservatórios de coisas velhas ou anedotas divertidas, mas são parte de relatos maiores que permitem entrelaçar passado, presente e futuro, mais em termos de conflito, debates e fricções do que de relatos planos, glorificados e glorificadores. (2022, p.311, tradução dos autores).

Os acervos escolares, nesse sentido, atuam como catalisadores da memória. Eles preservam os vestígios materiais e imateriais que permitem revisitar o passado da instituição,



compreendendo as transformações e permanências que moldaram sua identidade. A escola, ao longo do tempo, acumula não apenas documentos formais, mas também uma vasta gama de registros que, embora não sejam tradicionalmente considerados “arquivísticos” pela lógica burocrática e administrativa, são ricos em informações sobre o cotidiano e as experiências vividas. Fotografias, cadernos de estudantes, trabalhos discentes e docentes, registros de eventos e festividades, programas de ensino, entrevistas, avaliações, discursos de formatura, gravações audiovisuais, jogos, materiais de ensino, mobiliários, diferentes objetos da cultura material escolar são elementos que compõem a memória da instituição. Esses materiais, quando organizados e disponibilizados, permitem que a escola se torne um espaço aberto a muitas leituras do passado. Isso porque “os usos e sentidos de restos e vestígios materiais e imateriais do passado diferem, como diferem seus significados, em função de quem, de onde, como e com que finalidade se olha” (Viñao Frago, 2010, p. 32, tradução nossa). Nessa perspectiva, torna-se importante considerar a textura porosa e multifacetada dos acervos, pois ao abrigar experiências dos diferentes sujeitos e das múltiplas ideias que fazem parte da história da escola, os arquivos permitem evidenciar processos que se concretizam em meio a disputas e embates culturais travados no âmbito das relações de poder. Aqui é pertinente explicitar uma antiga pergunta, sempre aberta a muitas respostas: “qual ou quais as vontades de memórias, arquivos, instituições e pessoas, nas múltiplas temporalidades da vida e da história, forjam quando fabricam acervos?” (Vidal, Paulilio, 2020, p. 13)

O arquivo escolar, então, se configura como um conjunto orgânico de registros produzidos e acumulados pela instituição no decorrer de sua existência, evidenciando culturas, organizações curriculares, normatizações, práticas, atividades, decisões, interações, festividades, vida ordinária e cotidiana. A compreensão do arquivo escolar como patrimônio educativo é fundamental. Patrimônio educativo refere-se ao conjunto de documentos, bens, artefatos e práticas, em suas dimensões materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, que possuem valor histórico, cultural e pedagógico, e que são relevantes para a memória e a identidade de uma comunidade educacional. Incluir o arquivo escolar nessa categoria significa reconhecer seu potencial não apenas como fonte para a pesquisa histórica, mas também como um recurso pedagógico ativo, capaz de promover a reflexão sobre o passado e a construção de identidades no presente.

Outra função dos arquivos, razão pela qual defendemos sua organização, é sua capacidade para servir como fonte para estudos em História da Educação e em outros campos das ciências humanas. Os arquivos escolares são espaços de pesquisa por excelência. Historiadores da educação, sociólogos, pedagogos, antropólogos e outros pesquisadores



encontram nesses acervos fontes inestimáveis para investigar as transformações educacionais, as práticas pedagógicas, as relações de poder, as culturas escolares e as trajetórias de indivíduos e grupos em seus percursos de escolarização. A riqueza de detalhes contida em documentos e objetos da cultura material permite aprofundar a compreensão sobre o funcionamento da escola em diferentes épocas, contribuindo para a produção de uma historiografia da educação mais densa e complexa, que vai além das narrativas hegemônicas e incorpora as múltiplas vozes e experiências dos sujeitos escolares. Reside aí um dos compromissos políticos do arquivo, que antes de se impor como rastro único e inquestionável, procura chamar a atenção para os diferentes usos do passado, considerando a multiplicidade de sentidos e os significados plurais que tais vestígios comportam.

Além das contribuições que o arquivo tem a oferecer para os estudos acerca da história da escola e para o campo da história da educação, o arquivo apresenta uma notável potência pedagógica, estabelecendo-se também como um espaço de ensino e formação. Segundo Vinão Frago, “é possível dar um uso didático ao patrimônio. Neste caso, seu sentido e significado está ligado a um processo determinado de ensino, e aprendizagem, a sua utilidade como recurso didático em contextos formais e informais de ensino” (2010 p. 32, tradução nossa). Ele pode ser integrado ao currículo escolar de diversas formas, transformando-se em um laboratório para a produção de saberes no âmbito das diferentes disciplinas. Para Vidal e Paulilio, “a educação patrimonial ou a aprendizagem do e no arquivo envolvem materialidades e sujeitos não apenas na trama das recordações, mas sobretudo nos compromissos da atualidade” (2020, p. 14).

Nessa perspectiva, estudantes podem ser engajados em projetos de investigação que utilizem os documentos do arquivo como fontes e dados de pesquisa, desenvolvendo habilidades de leitura crítica, análise documental, interpretação e produção de conhecimento. Essa abordagem ativa e investigativa, bem como a experiência crítica e criativa que possibilita reflexão e imaginação, tende a fomentar o senso de pertencimento e a valorização do patrimônio da escola. A interação com os arquivos permite que os estudantes compreendam a história da educação de forma concreta, conectando-a às suas próprias experiências e ao contexto em que vivem. A discussão sobre a relação escola-família, por exemplo, pode ser enriquecida pela análise de documentos que revelem as interações e tensões entre essas duas instituições ao longo do tempo.

Sob esse viés, o arquivo pode ser considerado uma espécie de fomento para projetos pedagógicos que envolvam a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a história local, a história do tempo presente e a história da própria escola. Ao investigar os diferentes tipos de documentos, ao interagir com os diversos objetos da cultura material, ao produzir dados que



ampliem o acervo, ao entrevistar membros da comunidade, ao digitalizar fontes escritas e imagéticas, os estudantes desenvolvem habilidades de pesquisa, análise crítica e comunicação. Essa abordagem ativa e participativa fortalece o vínculo dos alunos com a instituição e com sua história, transformando o arquivo em um espaço formativo e um marcador identitário na vida dos diferentes segmentos da comunidade escolar, argumento que vamos desenvolver a seguir.

Ao preservar a memória de ex-alunos, professores, funcionários e da própria instituição, ele contribui para a construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento dos sentidos de pertencimento. A possibilidade de revisitar o passado da escola, o reconhecimento de trajetórias de vida plurais e singulares, a compreensão das emergências, transformações e continuidades que fazem parte do processo histórico da instituição, gera um sentimento de conexão e fortalecimento das memórias individuais e coletivas. Nesse sentido, eventos como exposições de documentos, mostras temporárias de objetos da cultura material, encontros de ex-alunos e projetos de história oral, baseados no acervo, reforçam essa dimensão identitária, aproximando a história das escolas das histórias das comunidades onde elas estão inseridas. Além disso, conhecer a história da instituição onde estuda pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos que o estudante constantemente estabelece com a escola. Isso significa que conhecer as maneiras como diferentes sujeitos a habitaram e os modos através dos quais a escola também habitou suas vidas tende a redefinir o sentido de pertencimento que alunos e professores constroem com a instituição.

Na perspectiva acima, o arquivo escolar, ao preservar os vestígios do passado, assume um papel crucial na promoção do diálogo intergeracional. Ele se torna uma ponte entre as diferentes épocas e os diferentes sujeitos, permitindo que as gerações atuais compreendam as experiências formativas e de escolarização dos sujeitos que vivenciaram a escola no tempo passado. Essa conexão não se limita à disponibilização de informações acerca de processos históricos, pois ela envolve a construção de um senso de continuidade e pertencimento, fundamental para a formação de memórias, identidades e subjetividades.

O acesso aos documentos e objetos do arquivo permite a estudantes, professores, gestores, corpo técnico, pesquisadores e membros da comunidade interagirem com materialidades, com artefatos da cultura escolar, com vozes e narrativas constituídas em outros tempos, mas que encontram sentido e significado quando percebidos em um processo histórico. Essa imersão no passado, mediada pelo acervo e pelas problematizações do tempo presente, estimula a empatia e a compreensão de diferentes realidades que coexistiram em espaços escolares sempre em transformação, em múltiplas temporalidades. É assim que o arquivo se constitui em um espaço labiríntico, onde se cruzam diferentes dimensões do conhecimento e



onde se pode conceber diferentes perspectivas acerca da educação. Amálgama do tempo, o arquivo possibilita que outros passados possam ser inscritos, novos presentes inventados e futuros possíveis imaginados.

Importante considerar, ainda, que tal perspectiva do arquivo como um espaço de diálogo intergeracional pode estar intrinsecamente relacionada, mais uma vez, à sua capacidade pedagógica e às práticas de formação que possibilita. Ao invés de um conhecimento distante, abstrato e desistoricizado, a história da escola se torna mais concreta, palpável e contextualizada, permitindo que estudantes se reconheçam como parte de uma trajetória de grandeza maior. Nesse sentido, o contato com o acervo histórico permite que os sujeitos compreendam que a escola é um território em constante transformação, e que suas experiências pessoais e coletivas também fazem parte da memória institucional.

BREVE HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SOUZA LOBO

A Escola Souza Lobo é uma instituição centenária, fundada em março de 1914 na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A escola está localizada no bairro São Geraldo, parte do Quarto Distrito, que se constitui como uma região que apresenta importância significativa na industrialização do município. A história de ocupação do bairro é antiga, iniciando com os povos originários habitantes da Bacia do Lago Guaíba (Souza, 2008), seguindo com a chegada de africanos e, mais recentemente, a partir do século XIX, com a chegada de europeus. O século XIX trouxe diferentes transformações sociais para Porto Alegre, entre elas uma forte industrialização. Assim, o bairro São Geraldo e seus vizinhos, bairros Floresta, Navegantes, Farrapos e Humaitá inseriram-se no contexto de berços industriais na cidade, tornando-se locais de moradia de diferentes famílias da classe operária.

Tal contextualização sócio-histórica é importante para a compressão da relação entre a localização da Escola, seus sujeitos e o mundo do trabalho. A partir do acervo da instituição, como relatórios escolares, jornais e fotografias, é perceptível a preocupação com questões relacionadas ao trabalho e a industrialização. Ao longo da década de 1930, tal relação é recorrente no jornal escolar “A Voz da Escola”, produção dos estudantes da Escola Souza Lobo, que evidencia a temática do trabalho em seus artigos e poemas. Vejamos um texto do referido jornal publicado na primeira edição do ano de 1936:



Sendo o trabalho a vida, a força e o progresso, nunca devemos recusar essa energia extraordinária, que nos dá a conduta a elevação para o bem, para a felicidade. [...] Quem se acostuma à ociosidade fica desorientado, vacila e descrê de tudo: de si, dos seus afetos, dos seus sonhos de felicidade, de suas aspirações de vida, de amor e de paz. [...] Assim, devemos trabalhar, para obtermos o progresso, a virtude e a elevação. A pessoa que trabalha, progride!”. (Tereza Capaverde, 6º ano A).

Este registro permite perceber a relação inseparável entre o trabalho, a dignidade e o progresso nas criações discentes, apresentadas no Jornal a Voz da Escola. Podemos pensar a escrita e sua relação com o período histórico vivenciado, momento de grande centralidade dos discursos sobre a dignidade e o trabalho, mas também percebemos a intrínseca ligação com os contextos de vida em que os estudantes autores estavam inseridos: na escola, na família e no distrito do qual faziam parte. Assim, a partir da documentação do acervo da Escola Souza Lobo, percebe-se a importância da instituição na região.

Outro documento do acervo da instituição que demonstra sua importância na referida localidade, é o Relatório da Escola Souza Lobo de 1935. Neste ano, a escola contava com aproximadamente 1400 matrículas, destas mais de 900 eram de meninas (Relatório da Escola Souza Lobo, 1935), informação que evidencia o impacto da instituição no acesso à escolarização regular, em especial das meninas. Na década de 1940, houve uma tendência de esvaziamento do bairro e do número de matrículas na Escola. Após a grande enchente de 1941 que atingiu Porto Alegre, houve a migração de indústrias e comércios do Quarto Distrito, local onde está o Bairro São Geraldo, para outras regiões da cidade (Bissani, 2019).

No início do século XXI a escola vivenciou uma nova redução no número de matrículas, provocando, inclusive, o fechamento da Educação de Jovens e Adultos - EJA, modalidade que funcionava no turno noite, o que levou a instituição a restringir seu funcionamento aos turnos da manhã e tarde. Em 2020, a pandemia de covid-19 impactou novamente na diminuição do número de matrículas, chegando em 2025 a um número aproximado de 500 estudantes.

Em 2024, com as enchentes de maio no Rio Grande do Sul, a Escola foi gravemente afetada, tendo seu patrimônio escolar em parte danificado. No momento da enchente, parte do acervo estava no primeiro andar da instituição, para uma exposição em homenagem ao aniversário da Escola. Atualmente a Escola passa por reformas, algumas relacionadas aos impactos da emergência climática em sua estrutura.

PATRIMÔNIO ESCOLAR, MATERIALIDADES E RASTROS DO PASSADO DA ESCOLA SOUZA LOBO



O conceito de cultura escolar pode ser considerado o fio condutor que guiou nossos primeiros olhares sobre os documentos da escola, tendo em vista que tal conceito oferece as lentes e os aportes teórico-metodológicos para capturar e compreender as singularidades, as sutilezas, a complexidade e a inventividade das experiências escolares, em suas dimensões individuais e coletivas.

A organização do acervo, quando guiada por tal conceito, transcende a mera coleta de documentos administrativos. Ela implica uma curadoria atenta aos múltiplos vestígios que evidenciam o cotidiano, as práticas, os valores, os rituais, as interações e as sociabilidades que moldaram a vida na instituição. A cultura escolar, tomada como um conceito operativo, possibilita para identificar e valorizar materiais que, à primeira vista, poderiam parecer insignificantes, mas que são ricos em significados para a compreensão da dinâmica da escola. Dominique Julia define cultura escolar como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos e ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 10). Pensar a partir dessa lógica implica reconhecer a ampliação da noção de documento e as renovações metodológicas que o campo historiográfico vem operando desde a Escola dos Annales até contextos mais próximos, a partir das contribuições possibilitadas pela História Cultural. Isso quer dizer que a constituição de um arquivo escolar precisa reconhecer a importância da preservação dos documentos que fazem parte da cultura normativa e administrativa da instituição, tais como legislações, regimentos, planos de ensino, cadernos de chamada, fichas de matrícula, relatórios, estatísticos. Entretanto, para Julia é necessário considerar também o campo das práticas, ou seja, é relevante compreender as multifacetadas maneiras através das quais os sujeitos se relacionam com os objetos que são colocados a sua disposição no ambiente escolar. Segundo Vidal e Paulilio (2020, p.6), “há na série de estudos que se debruçaram sobre o edifício escolar, o mobiliário, o livro e demais artefatos utilizados pelo trabalho cotidiano da escola, uma preocupação com os usos dos materiais e modelos pedagógicos”.

O que se torna evidente é a relevância dos estudos sobre cultura material com ênfase nos usos e nas práticas, conduzindo o olhar a prescrutar o que os sujeitos escolares fazem com as matrizes que lhe são prescritas e com as materialidades dos objetos com os quais se relacionam no cotidiano da escola. Rosa Fátima de Souza (2010) identificou que a busca incansável por vestígios das práticas, empreendida pelos estudos sobre cultura escolar, foi significativamente importante no direcionamento de pesquisadores para a consulta e



organização dos arquivos escolares. Tais considerações apontam para a importância de o arquivo contemplar os rastros que atestam a complexidade dos consumos que fazem parte do cotidiano e do funcionamento interno da instituição, que vão de prescrições a interdições, de regularidades a discontinuidades, de obediências a dissonâncias. Nessa perspectiva, interessa analisar como professores e estudantes se relacionaram com os aspectos normativos da educação em diferentes contextos, as relações estabelecidas entre prescrições curriculares e práticas cotidianas na escola, as aproximações e distanciamentos percebidos entre as ações de ensino planejadas, registradas e aquelas efetivamente experienciadas e as maneiras como os estudantes se apropriaram dos materiais de ensino e das atitudes didáticas de seus professores, para citar alguns exemplos.

Tal amplitude também é ressaltada por António Viñao Frago, para quem a cultura escolar é caracterizada como um amplo mosaico que acomoda a multiplicidade de experiências vivenciadas no interior das instituições escolares, mosaico esse formado por regras, tradições, regularidades, políticas curriculares, tempos, espaços, condutas, rituais, linguagens, práticas discursivas, teorias, modos de pensar, formas de fazer, tecnologias, relações interpessoais, sociabilidades, objetos da cultura material, entre tantos outros. Com Viñao Frago, podemos aventar que cada escola, com os movimentos do tempo, vai construindo sua própria memória e que tal memória atua diretamente nos modos de lembrar dos sujeitos que passaram por suas salas de aula, seus espaços arquitetônicos, seus ambientes administrativos, seus refeitórios, seus pátios de recreio, suas bibliotecas, por seus laboratórios, entre outros. Enfim, essa memória é formada e forma a cultura da escola:

uma cultura expressa em rituais, rotinas, atos corporativos e documentos escritos, em comportamentos, hábitos e fórmulas sociais, em maneira de falar, vestir, relacionar-se e interagir que podem até, em alguns casos, identificar aqueles que pertenciam, como alunos ou professores, a tal estabelecimento. (Viñao Frago, 2010, p.25, tradução dos autores).

Tais análises implicam mudanças nos processos de guarda documental experienciados pela maioria das instituições escolares até o momento. De um lado, torna-se necessário incluir uma gama de documentos e objetos que a escola não se preocupou em conservar, pois obedeceu, na maioria das vezes, à lógica da cultura normativa e administrativa. Nesse conjunto de documentos e objetos incluem-se as produções textuais e imagéticas de alunos e professores bem como as materialidades que comportam indícios das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagens dos estudantes, das minúcias relacionadas aos fazeres cotidianos, das estratégias impostas para normatizar o funcionamento da escola, das táticas criativas que



são postas em ação pelos sujeitos para fazer frente a tais estratégias. E aqui a intenção e o olhar arquivísticos têm que ser muito perspicazes, pois as táticas costumam deixar tão poucos registros, tão poucos rastros...

O conceito de patrimônio escolar foi, por algum tempo, associado a “prédio antigo”, restrito ao arquitetônico ou exemplar único de excepcional valor, como as chamadas “escolas com prédios históricos”. Pois bem, hoje essa noção se amplia para abranger um conjunto de práticas, saberes, fazeres, objetos, documentos entre outras coisas que indicam marcas de outros tempos e permitem conhecer o cotidiano escolar de outras épocas. Mas onde esses patrimônios estão guardados? Quem os guarda e por quê? Seriam apenas os documentos de caráter oficial, como atas, cadernos de chamada e textos legislativos? É possível ensinar história e outras disciplinas com o patrimônio escolar?

Ao examinarmos os documentos da Escola Souza Lobo em uma perspectiva ampliada, conseguimos identificar um acervo que vai além dos documentos oficiais: objetos tridimensionais, como máquinas de escrever e toca discos, passando por produções discentes, até vastas coleções fotográficas e bibliográficas. Desde o primeiro contato com as materialidades da instituição foi possível perceber a existência de uma vontade de preservação da memória da escola. Por exemplo, os álbuns de memórias com fotografias e cartões colados em cartolinas e, cuidadosamente unidas com fitas, são indícios dessa vontade de guardar. Vejamos na imagem a seguir, uma das folhas do álbum de memórias do ano de 1974. Na página estão colados diversos cartões de felicitações à escola por seus 60 anos (**Imagem 1**).

IMAGEM 1 - Página do álbum de memórias da escola Souza Lobo de 1974



Fonte: Acervo da Escola Souza Lobo, foto das autoras, 2025.



Está página presente no álbum de memórias de 1974 é uma das materialidades da Escola Souza Lobo que evidencia a variedade do seu acervo. No mesmo documento percebemos a presença das felicitações oficiais de escolas próximas, da Secretária de Educação e de outras instituições formais, lado a lado a felicitações do círculo de pais e mestres, de antigos estudantes e da Livraria Mundial, essas podendo ser consideradas no âmbito não oficial. A disposição dos cartões, o cuidado para estarem colados de forma que seja possível abri-los e realizar a leitura das mensagens, bem como a própria percepção de tempo empregado para tal ação, demonstra de forma significativa a busca pela preservação da memória da instituição. Mas, para além disso, evidencia também, a valorização da memória dos sujeitos que ali passaram. Um dos cartões apresenta a seguinte mensagem: “Ao Colégio Souza Lobo, onde fiz meus estudos primários, desejo muitas felicidades e que possa proporcionar muitos anos de ensino. Luís Cappelli. Viva você! Viva bastante!”. Da mesma maneira, outras felicitações dispostas na página demonstram a relação que os sujeitos estabeleceram com a instituição. Neste caso, uma relação mediada pelo carinho e afeto, mobilizados pelas suas experiências formativas na escola.

Observa-se, então, que os documentos produzidos no âmbito da escola congregam muito mais do que o administrativo ou o prédio “histórico” que, por muito tempo, foi o que se considerava como patrimônio educativo. Nos aportes teóricos deste texto, os cadernos de estudantes, planejamentos de professoras, exercícios, provas, convites de formatura, hinos da escola, livros de ocorrência, periódicos escolares, fotografias, mobiliário, uniformes, memórias de estudantes, professores e funcionários são documentos que sinalizam uma mudança epistemológica, ou seja, o reconhecimento da dimensão memorial da vida escolar. Parte desta tipologia documental é encontrada na Escola Souza Lobo e possibilita perceber a presença ativa dos estudantes como é o caso do jornal “A Voz da Escola”. Tal jornal tem importância para pensarmos o patrimônio, seja ele escolar ou não, na relação com as pessoas e não restrito ao seu valor histórico ou artístico como indicava o decreto de 1937 que instituiu o tombamento de bens materiais (**Imagem 2**).



IMAGEM 2 - Jornal “A Voz da Escola”, edição setembro/1934



Acervo da Escola Souza Lobo, foto das autoras, 2025

O jornal “A Voz da Escola” foi criado na Escola Souza Lobo, sendo escrito e editado por estudantes da instituição, especialmente do 6º ano. A imagem faz parte da edição especial de 20 de setembro de 1934, trazendo várias referências à Guerra Farroupilha, como a breve biografia de Bento Gonçalves. Os temas do jornal são muito variados e apresentam explícita ligação com os conteúdos estudados, datas comemorativas e também evidencia a participação estudantil em eventos, como as paradas da juventude e feiras de ciências. A página apresentada também veicula um artigo intitulado “Regras Higiênicas”. Através da consulta aos relatórios da instituição, percebemos que tal conteúdo estava sendo abordado através dos centros de interesse no mesmo momento da publicação do artigo, apontando uma estreita conexão entre os assuntos estudados e os publicados no jornal. Além disso, demonstra a relação que pode ser estabelecida entre o currículo da escola, as práticas pedagógicas e os pressupostos teóricos e prescrições metodológicas da Escola Nova no Brasil.

Outro assunto abordado na mesma página, o qual nos chama atenção, é a seção dedicada ao Festival do Colégio Souza Lobo, uma apresentação teatral ocorrida no dia 5 de setembro de 1934 em homenagem à “grande data de independência do Brasil” (A Voz da Escola, ano 1, nº4, 1934). Na descrição da atividade aparecem informações para além do nome dos artistas, evidenciando também as percepções de quem vivenciou o momento, como a contextualização de que as meninas foram muito aplaudidas no espetáculo. Tais registros trazem informações

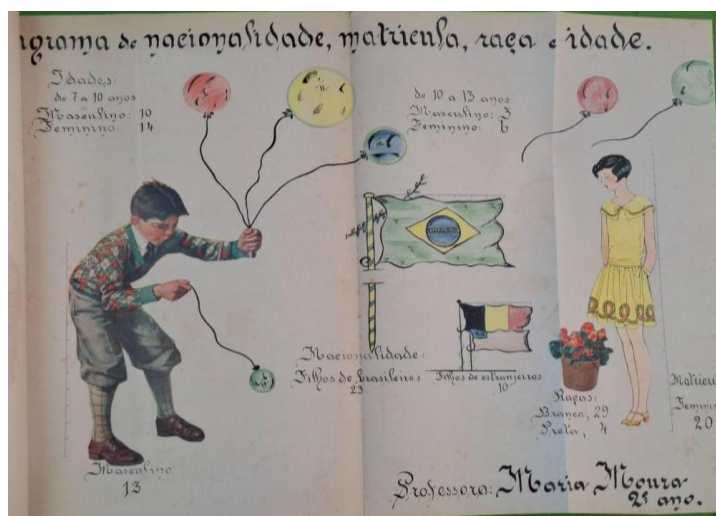


do cotidiano da escola, de suas práticas, mas também das ações dos sujeitos. Um pequeno trecho do jornal fornece pistas para pensarmos o protagonismo estudantil, as vivências das meninas na instituição e também os conteúdos das aulas de História da época, como a Guerra Farroupilha e a Independência do Brasil, por exemplo.

O patrimônio escolar abre-se para diversos temas do currículo, como história da escola, da educação, do bairro e, também, aqueles ensinados nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Assim, os documentos produzidos pelas instituições e guardados em seus arquivos podem constituir-se em fontes para as aulas de História. Vejamos alguns exemplos do que já encontramos na escola Souza Lobo e nos permite criar interrogantes para as aulas. Atas dos anos 1930 que solicitavam identificação da cor, religião, idade: qual a presença de alunos negros na escola?; Justificativas de reprovações ao final das Atas de Resultados Finais que evidenciam concepções de aprendizagem, mas também dizem de um tempo pautado pela ordem, disciplina, controle; registro dos conteúdos nos cadernos de chamadas que apontam para um ensino de história que tinha como objetivo a construção do patriotismo. Que projeto de sociedade evidenciam? Que presenças e ausências estão evidenciadas nas coleções de fotos da escola? O que os professores e gestores escolheram guardar? O que essas escolhas dizem da história da escola? Quais os silenciamentos? Quais as marcas, por exemplo, da ditadura civil-militar brasileira no acervo de fotos da escola?

Nos guardados da Escola Souza Lobo encontramos uma figura que nos interroga também pela sua forma: comunicar ideias, valores e informações em forma de desenho. Nele há pistas sobre a ditadura civil-militar brasileira (Imagem 3):

IMAGEM 3 - Nacionalidade, matrícula, raça e idade

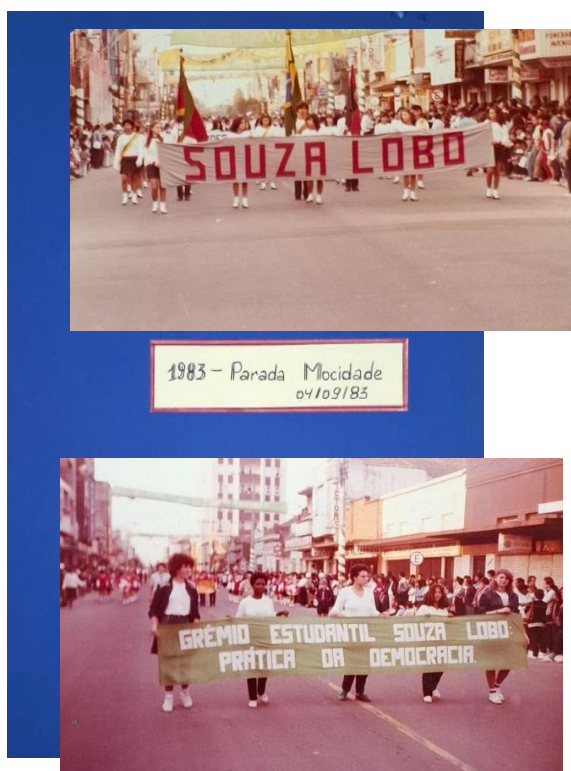


Fonte: Acervo da escola Souza Lobo, foto das autoras, 2025



A imagem acima faz parte de um Relatório Escolar da década de 1930 e traz informações sobre uma das turmas de 2º ano da instituição. É possível perceber a recorrência de desenhos na produção de tais registros, sendo esta uma prática comum encontrada nos relatórios que fazem parte do acervo da escola. Imagens estão ancoradas no mundo social e, em muitos casos, quando associadas ao texto, funcionam como protocolos de leitura que atuam nos processos de apropriação, indicando sentidos corretos e autorizados para o que está sendo lido, de acordo com a vontade disciplinante de quem escreve. Para além do caráter comunicacional e informacional, as figuras acima instigam um conjunto de questionamentos: Por que o menino aparece ativo, envolvido com brincadeiras a menina permanece parada e contemplativa? Por que as bandeiras escolhidas para estarem ao lado dos dados de filhos de estrangeiros são da Bélgica e Estados Unidos? A que grupos sociais pertencem as crianças representadas? Porque foram escolhidos esses desenhos? A quem eram direcionados os relatórios escolares? Que verdades a disposição das imagens e dos textos ajudam a produzir? (Imagem 4):

IMAGEM 4 - Fotografias Parada da Mocidade, 1983



Fonte: Acervo da escola, foto das autoras, 2025

As imagens acima integram o álbum de memórias do ano de 1983, e apresenta estudantes na Parada da Mocidade, no dia 4 de setembro, fazendo parte dos atos cívicos



organizados em homenagem à Independência do Brasil. É interessante perceber que a segunda fotografia exhibe estudantes carregando uma faixa com a frase “Grêmio Estudantil Souza Lobo. Prática da Democracia”, justamente no contexto da ditadura militar no país, em seu processo de reabertura política. A imagem fornece pistas interessantes e provoca indagações acerca da atuação do Grêmio Estudantil da Escola Souza Lobo, visto que a faixa é uma manifestação em favor da democracia. Nessa perspectiva, tal fotografia poderia ser cotejada com outros documentos do arquivo, na tentativa de compreender como a temática da ditadura militar foi tratada no currículo escolar, nas práticas das diferentes disciplinas e nas discussões políticas no âmbito da escola.

Os exemplos de documentos escolares aqui reunidos trazem marcas da escolarização e permitem interpretações que podem nos aproximar de aspectos menos visíveis da cultura escolar. Por meio deles, podemos rastrear questões relacionadas aos sujeitos e às práticas. Por isso é fundamental que tenhamos políticas de salvaguarda do patrimônio documental das escolas, muitas vezes preservado por esforço e dedicação de um professor ou professora. É necessário ir além, pois os arquivos escolares são imprescindíveis à pesquisa e ao ensino; dão pistas das políticas educacionais, dos processos formativos e das práticas daqueles sujeitos que acatam ou subvertem o que foi elaborado pelos legisladores e pelos gestores municipais, estaduais e federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos primeiros olhares sobre os documentos, ainda dispersos e desordenados, nos instigam a pensar sobre quais histórias a documentação possibilita contar e quais memórias a documentação permite produzir. Atentos a essas duas problematizações e apoiados no conceito de cultura escolar tal como proposto por Dominique Julia (2001), Antonio Vinão Frago (2010) e Agustín Escolano Benito (2017), estamos iniciando a fase de limpeza, organização, catalogação e acondicionamento do acervo. A certeza que temos é o imperativo de que o arquivo necessita contemplar a pluralidade e a complexidade das experiências que se concretizam no espaço escolar. Isso envolve, de um lado, a preservação da documentação normativa que rege a educação escolarizada e, de outro, a salvaguarda das materialidades que permitem indiciar os usos que os sujeitos fazem dos objetos que são colocados à sua disposição e dos modelos pedagógicos a que são submetidos no cotidiano escolar. Além disso, defendemos a existência de um arquivo que considere a diversidade de sujeitos que integraram o universo da escola em diferentes contextos, em diferentes tempos, que valorize as trajetórias daquelas e



daqueles que aprenderam e ensinaram, que cuidaram e foram cuidados, que cozinham o alimento, que assumiram atividades de gestão, que fizeram a manutenção dos diferentes espaços, que circularam nos pátios e corredores. Enfim, um arquivo que reconheça protagonismos individuais e coletivos, que aponte o foco de interesse não apenas para as ações dos homens de destaque, mas para todos os membros da comunidade escolar que cotidianamente constroem a vida ordinária da instituição. Outrossim, é importante que o arquivo acolha vestígios das relações que a escola estabeleceu com outros estabelecimentos de ensino, com clubes sociais, instituições políticas, fundações e espaços culturais, imprensa, movimentos sociais, organismos do sistema de saúde, organizações trabalhistas, universidades, apenas para citar alguns exemplos. Essa estratégia permite uma percepção mais ampliada da relação da cultura escolar com as culturas do seu entorno, possibilitando conhecer as trocas estabelecidas entre a escola e a sociedade e os mecanismos através dos quais uma penetra, modela e modifica a outra.

O artigo apresentou diversas argumentações para defender e incentivar a organização e a ampliação de arquivos e outros espaços de memórias nas próprias instituições de ensino. No limite, tais argumentos propuseram discutir as funções dos acervos e os usos que deles podem ser feitos, entre eles, tomar o patrimônio escolar como lugares que permitem desnaturalizar a história da escola, como ambientes importantes para a produção, conservação e divulgação das histórias e das memórias das instituições, como espaços para viabilizar pesquisas e estudos em História da Educação e em outros campos do conhecimento das ciências humanas. Destacamos, ainda, a potência didática e pedagógica dos arquivos, pois integrados ao currículo escolar de diversas maneiras, os espaços de memória assumem significados relevantes nos processos de ensino e aprendizagem, transformando-se em ambientes profícuos para a produção de saberes no âmbito das diferentes disciplinas e também em contextos não formais de ensino. Sustentamos, ainda, a ideia de que os arquivos atuam como marcadores identitários na vida dos sujeitos que habitam a escola e assumem papel fundamental no diálogo intergeracional, além de constituírem-se como ferramentas consideráveis para a gestão das instituições.

Por fim, após uma breve história da Escola de Ensino Fundamental Souza Lobo, apresentamos uma pequena coleção que consideramos representativa dos documentos e objetos guardados no arquivo. Tais documentos estão relacionados às dinâmicas de funcionamento da instituição, são objetos da cultura material da escola, comportam indícios das práticas cotidianas e ordinárias, do uso dos tempos e dos espaços, dos ideários e das tendências pedagógicas que presidiram os processos de ensino e aprendizagem. Denotam vestígios das festas, dos rituais, das celebrações, dos modos de comunicação, das tecnologias, das sociabilidades e de outros



aspectos que compõem a cultura escolar. Ainda mais, expressam as múltiplas vozes dos sujeitos e as condições materiais nas quais se produziram determinados processos formativos.

Pensar o que ainda não existe implica mobilizar um conjunto de ideias e operações para que as coisas ganhem vida e passem a existir. É o que estamos fazendo na Escola Souza Lobo e o que tentamos fazer nesse artigo. Tomadas em conjunto, as problematizações e discussões tecidas no texto demonstram o compromisso político e a potência pedagógica dos arquivos escolares, considerados, de um lado, como instituições de guarda do passado e, de outro, como espaços formativos do presente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão; SILVA, Bruno Wellington Rodrigues da Silva. Em nome da memória: experiências de salvaguarda do arquivo escolar da escola Capistrano de Abreu em Maranguape, CE. In: GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; CORDEIRO, Andréa Bezerra; Burioli, Simone (orgs.). **Acervos, fontes e história da educação: experiências e possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão**. Curitiba: CRV, 2024, p. 69-89.

AYUSO, Maria Luz; PINEAU, Pablo. El Proyecto Espacios de Memoria de la Escuela Normal Mariano Acosta: el diálogo entre las generaciones como un derecho colectivo, **Cabás: Revista Internacional sobre el Patrimonio Histórico Educativo**, n. 28, 2022, 301- 322.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e cidadania. In: São Paulo. Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania** / DPH. São Paulo, 1992, p. 129-136.

ESCOLANO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória, arqueologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

BISSANI, Bruna. **Arte, carnaval e sociabilidade: um resgate à Sociedade Gondoleiros**. 32 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun., 2001, p. 9-43.

KANAZAWA, Júlia Naomi; OLIVEIRA, Elisiane Alves de. O Centro de Memória ETEC Cônego José Bento: apresentação e práticas pedagógicas. In: GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; CORDEIRO, Andréa Bezerra; Burioli, Simone (orgs.). **Acervos, fontes e história da educação: experiências e possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão**. Curitiba: CRV, 2024, p. 43-68.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.



SANTOS, Adriana de Andrade; OLIVEIRA, João Paulo Gama. O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS): da salvaguarda da memória de uma instituição educacional sesquicentenária à propagação do patrimônio educativo. In: GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; CORDEIRO, Andréa Bezerra; Burioli, Simone (orgs.). **Acervos, fontes e história da educação: experiências e possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão**. Curitiba: CRV, 2024, p. 19-42.

SOUZA, José Otávio de. Territórios e Povos Originários (Des)velados na Metrópole de Porto Alegre. In: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Coordenação de Direitos Humanos. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre, 2008, p. 14-25.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio histórico escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013, p. 199-221.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. **Revista de Educação Pública**, v. 29, 2020, p. 1-17.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Memoria, patrimonio e educación. **Educatio Siglo XXI**, v. 28, n. 2, 2010, p. 17-42.

Recebido em: 25 de outubro de 2025.

Aceito em: 13 de dezembro de 2025